

Autoridades vão apurar possível elo com tráfico

Suspeita foi destacada por procurador-chefe da República ontem

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) apuram se as falhas verificadas no sistema de monitoramento do Porto de Santos podem ter facilitado a atuação de traficantes internacionais de drogas.

Desde janeiro, cerca de 20 toneladas de cocaína foram apreendidas no cais santista. De acordo com o procurador-chefe da República Thiago Lacerda Nobre, segundo estatísticas, a cada carregamento apreendido, outros sete não são flagrados pelas autoridades competentes.

Agora, segundo o procurador, a ideia é apurar se os problemas no monitoramento do Porto foram deliberados ou apenas causados pela falta de estrutura contratada. Falhas em câ-

RÉUS DA TRITÃO

A Polícia Federal deve oferecer, nos próximos dias, um relatório parcial sobre as investigações da Operação Tritão, deflagrada em outubro do ano passado. Nela, sete pessoas – entre elas, o ex-diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) José Alex Oliva e o ex-diretor de Relações com o Mercado e a Comunidade Cleveland Sampaio Lofrano – foram presas. Eles e outros 14 são investigados por suposto envolvimento com uma organização criminosa. Na ocasião, a PF apontou fraudes na contratação da digitalização de documentos com a MC3 Tecnologia e irregularidades na contratação de serviços de informática com a N2O

meras e nos registros de entrada e saída de pessoas de áreas restritas estão entre os itens a serem avaliados.

Tecnologia, além de pagamento indevido realizado para a empresa Domain Consultores, em forma de aditivo contratual. De acordo com os responsáveis pelas investigações, essas contratações fraudulentas realizadas pela Autoridade Portuária somam R\$ 20 milhões. Segundo o procurador-chefe da República Thiago Lacerda Nobre, todos deverão ser denunciados e responderão criminalmente. “Não limitamos a investigação aos presos. A prisão foi algo extraordinário. Nós vamos, seguramente, denunciar pessoas que não foram presas mas que, ao longo das investigações, se mostraram importantes no esquema criminoso”.

“Um quilo de pasta base de cocaína vale € 40 mil na Europa. Se você multiplica isso por 20 toneladas, dá



Polícia Federal vai analisar documentos, mensagens eletrônicas e telefones celulares apreendidos

um PIB de um país pequeno. É uma coisa altamente lucrativa, só para a gente ter uma noção da dimensão, do tamanho do Porto. Não só para a economia formal, como para a economia do corrupto, do criminoso, do tráfico de drogas”, destacou o procurador.

Nobre explica que serão realizadas investigações separadas (que não têm ligação com a Operação Círculo Vicioso), com a finalidade de identificar possíveis ligações entre grupos crimi-

nosos. Análises de telefones celulares, mensagens e documentos farão parte das apurações.

“Há um grau de tranquilidade com que os agentes públicos faziam a corrupção porque sentiam que nunca seriam presos”, afirmou Thiago Nobre.

Segundo o procurador-chefe, os problemas envolvendo o monitoramento de acesso no Porto de Santos são antigos, já que o primeiro contrato com a Sphera Security foi assinado há cer-

ca de dez anos. Desde então, diversos aditivos foram realizados, todos com vícios, afirmou a autoridade federal.

“O contrato foi firmado de maneira questionável, sem a licitação que deveria ter. E foi renovado ao longo do tempo com aditivos de valor sem pesquisa de mercado adequada, sem rigidez. Sobre tudo é um contrato que bastaria ter feito um pregão eletrônico”, destacou o procurador-chefe.



Delação premiada citou envolvimento de ex-deputado federal

Propina chegaria a R\$ 60 mil ao mês

Segundo o procurador-chefe da República Thiago Lacerda Nobre, além das duas contratações irregulares de empresas, há outra linha de investigação. Ela envolve o pagamento de propina mensal de cerca de R\$ 60 mil ao ex-deputado federal Marcelo Squassoni.

O caso foi relatado por um dos presos pela Operação Tritão, Mário Jorge Paladino, em delação premiada, e

confirmado durante as investigações. As suspeitas apontam que ao menos R\$ 1,6 milhão tenham sido desviados para o então deputado.

“Hoje, nos parece que o papel de maior destaque (na organização criminosa) é desse ex-deputado. Entretanto, a gente não consegue descartar ou cravar que o comandante do sistema é ele. Hoje, a pessoa mais influente até onde a gente

avançou nas investigações é ele, mas não quer dizer que ele seja o líder, que não tenha outras pessoas de igual estatura”, afirmou o procurador.

Além do recebimento de propinas, Squassoni é apontado como uma das cabeças do grupo. Segundo o MPF, durante o mandato de deputado, ele era considerado uma pessoa influente no Porto e aplicou na Codesp

um esquema de corrupção semelhante ao utilizado em sua gestão na Câmara de Guarujá.

O caso envolve ainda a digitalização de documentos, alvo da Operação Tritão no ano passado. Na ocasião, a PF apontou fraudes na contratação do serviço com a MC3 Tecnologia e irregularidades nas operações de informática com a N2O Tecnologia.

PF analisará dragagem e VTMIS

A dragagem do Porto de Santos e a implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações (em inglês, Vessel Traffic Management Information System ou VTMIS) estão na mira das autoridades. Estes e diversos outros contratos firmados pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) estão sob avaliação da Polícia Federal (PF). Eles darão origem a novas operações no cais santista nos próximos meses.

“O grau de corrupção e a quantidade de contratos sob suspeita são imensos. Uma significativa parte dos grandes contratos firmados pela Companhia Docas na última década é suspeita de como foi celebrada”, afirmou o procurador-chefe da República Thiago Nobre.

Contratos e aditivos firmados nos últimos anos para a remoção de sedimentos do canal de navegação do cais santista estão entre os investigados. Entre eles, está um firmado em 2015 que chegou a ser apontado pelo Conselho Fiscal da Autoridade Portuária.

O mesmo contrato sofreu diversos aditivos, com alteração de volume e de áreas



Alterações em contratos de dragagem serão avaliadas pela operação

a serem dragadas. O valor pago pela Docas praticamente dobrou em cerca de dois anos.

A compra de equipamentos necessários para a implantação do VTMIS é outra frente de investigações. Diversas câmeras e radares foram adquiridos pela Docas há mais de um ano e nunca saíram das caixas. “Nem temos certeza se esses equipamentos funcionam ou se são adequados”, destacou o procurador.

A previsão era de que o sistema entrasse em operação no fim do ano passado. Mas o contrato firmado com o consórcio Indra VTMIS Santos foi encerrado

sem que fossem construídas as torres de monitoramento necessárias para a implantação da tecnologia.

Até agora, segundo a Autoridade Portuária, foram executadas as obras de implantação do Centro de Controle de Operações do VTMIS, na Ponta da Praia, adquiridos os radares e concluída a instalação da antena e do radar na Ilha Barnabé.

“Isso me causa grande estarrecimento. A corrupção é tão inerente que até agentes públicos concursados estavam se corrompendo na Codesp. Isso é uma tristeza porque o sujeito é concursado e estava participando de esquemas”, destacou Nobre.

EGLE CISTERNA

Três empresas estão na mira das investigações da Operação Círculo Vicioso, desdobramento da Operação Tritão, que apura fraudes em licitações e contratos da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Autoridade Portuária de Santos).

De acordo com o procurador da República Thiago Nobre, essas contratações teriam sido feitas de forma irregular, com fraudes nos contratos renovados e editados, que seriam uma forma de crescer valores que não seriam devidos. A Polícia Federal estima que, juntos, estes contratos somariam mais de R\$ 100 milhões.

Duas das três empresas listadas no despacho do juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5ª Vara da Justiça Federal de Santos, para mandado de busca e apreensão, prestaram serviços à Codesp e tiveram os contratos rescindidos neste ano.

Uma delas, a Sphera Security, já teve três contratos com a Docas desde 2008, para manutenção do Sistema de Segurança Pública Portuária do Porto de Santos (SSPP).



O acordo assinado em 2013, que deveria vigorar por dois anos, teve quatro aditamentos e permaneceu válido até dezembro do ano passado.

A última transação, com valor global de R\$ 5,9 milhões, com prazo de seis meses, foi assinada em janeiro deste ano, pelo diretor-presidente em substituição, José Alfredo de Albuquerque e Silva, e pelo diretor de Operações Logísticas da Docas, Carlos Henrique de Oliveira Poço, detido temporariamente ontem, na opera-

ção da Polícia Federal.

Em junho, a Codesp rescindiu este contrato unilateralmente, com base em um item contratual que prevê o cancelamento sem notificação ou ação judicial caso haja alteração da pessoa do contrato, seja por fusão, cisão, incorporação, subcontratação, a cessão ou transferência a quem não atenda às condições de habilitação sem autorização da Codesp.

Já a Vert Prestação de Serviços foi contratada em 2018 por R\$ 2,7 milhões para o monitoramento do complexo marítimo santista por drones. O contrato foi rescindido em maio por “desnecessidade dos serviços”, de acordo com a ata da reunião de Diretoria Executiva da Companhia Docas.

A terceira empresa citada pelo juiz federal, a Locotec Tecnologia Integrada, não aparece listada entre os contratos de serviços no site da Codesp. Mas no despacho do juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho, ela figura com o mesmo endereço da Sphera Security, no bairro de Pinheiros, em São Paulo.